

EDUCAR PRÁTICA DA AUTOGESTÃO: O DESAFIO DOS FORMADORES EM ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA DO SEGMENTO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NA RMBH

Ariadne Cristina Coelho

Maria de Fátima Martins

Faculdade de Educação – UFMG

Resumo

O projeto de pesquisa propõe analisar as metodologias usadas no processo de formação educacional dos trabalhadores de grupos solidários de trabalho da Economia Popular Solidária do seguimento de reciclagem e os resultados alcançados, busca a revisão dos processos metodológicos formativos educacionais para a prática da autogestão. Sabe-se que esta prática é um dos grandes desafios para os atores da Economia Solidária, a saber: trabalhadores em Economia Popular Solidária, Gestores Públicos e Entidades de apoio e fomento a EPS. Desta forma, a pesquisa será necessária para construir uma análise dos processos metodológicos utilizados por formadores em Economia Solidária, a fim de verificar se esses processos contemplam o desenvolvimento técnico e político dos trabalhadores, dentro dos princípios autogestionários. A educação é peça imprescindível para a consolidação dessa “outra economia que já acontece”, para tanto, é importante rever os processos metodológicos formativos educacionais, tendo como foco unir a formação política e técnica, ampliando, assim, a possibilidade de sobrevivência dos grupos solidários após o processo formativo. Serão pesquisadas as metodologias formativas utilizadas por formadores de empreendimentos econômicos solidários de trabalho de diferentes segmentos de atuação, entidades de apoio, gestores públicos e até mesmo os trabalhadores dos grupos; de modo a acessar com profundidade e diversidade de informações quanto aos processos formativos. Quanto aos resultados espera-se a produção científica qualificada, a partir do contraponto entre os resultados alcançados e as metodologias utilizadas, bem como propor alternativas de aprimoramento do processo educacional formativo para a prática da autogestão em Economia Solidária, subsidiando a construção dos processos formativos dos trabalhadores autogestionários. O final da pesquisa está prevista para junho de 2013.

Palavras-chave: formadores; educação; economia.

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa tem por objeto a produção de conhecimento sobre as práticas e os agentes de formação em Economia Solidária no Brasil, tendo como recorte o segmento dos trabalhadores de materiais recicláveis, na RMBH. O tema é relevante devido às inúmeras experiências formativas desenvolvidas durante o período de consolidação da Economia Popular Solidária no Brasil -1980 a 2011, considerando a insuficiência de produção teórica sobre o assunto e a necessidade de discutir as metodologias educacionais aplicadas aos processos formativos, tendo como foco os resultados efetivamente alcançados na prática da

autogestão e geração de renda.

Para discutir a economia solidária torna-se necessário fazer uma abordagem dos conceitos atribuídos a este termo e o contexto histórico mundial em que surgiu. No século XIX, não havia sido cunhado ainda o termo economia solidária, pois se tratava ainda da constituição de princípios e valores baseados na cooperação, que posteriormente, tornaram-se os princípios do cooperativismo. Singer (2002) relata que a economia solidária se origina com a Primeira Revolução Industrial, na passagem do século XVIII ao XIX, como reação dos artesãos expulsos dos mercados pelo advento da máquina a vapor. Seu surgimento aconteceu primeiramente na Grã-Bretanha com o aparecimento das primeiras Uniões de Ofícios (*Trade Unions*), que procuravam defender os artesãos da exploração da mão-de-obra e da falta de condições dignas de trabalho.

[...] as jornadas de trabalho eram tão longas que o debilitamento físico dos trabalhadores e sua elevada morbidade e mortalidade impediam que a produtividade do trabalho pudesse se elevar, industriais mais esclarecidos começaram a propor leis de proteção aos trabalhadores (SINGER, 2002, p. 24).

A economia solidária na Europa surgiu também com pensadores e empresários, chamados por Singer (2002) de “industriais mais esclarecidos”, que vendo a crise econômica instaurada na Grã-Bretanha, após o ciclo de guerras em 1815, idealizaram a organização social do trabalho de forma coletiva, que contemplasse tanto os trabalhadores quanto os empresários. Com esta ação fariam restabelecer a economia.

A Revolução Francesa provocou um longo ciclo de guerras na Europa, e se encerrou apenas em 1815, após a vitória Britânica sobre Napoleão em Waterloo. Logo em seguida a economia da Grã-Bretanha caiu em profunda depressão. Owen apresentou uma proposta para auxiliar as vítimas da pobreza e do desemprego e restabelecer o crescimento da atividade econômica. Ele diagnosticou corretamente que a depressão era causada pelo desaparecimento da demanda por armamentos, navios, provisões e demais produtos necessários a condição da guerra. Com a perda do trabalho e da renda dos que estavam ocupados na produção bélica, o mercado para indústria civil também se contraiu. Para reverter essa situação era necessário reinserir os trabalhadores ociosos na produção, permitindo-lhes ganhar e gastar no consumo, o que aliviaria o mercado para outros produtores.

Em 1817, Owen apresentou um plano ao governo Britânico para que os fundos de sustento aos pobres, cujo número estava multiplicando, em vez de serem meramente distribuídos, fossem invertidos na compra de terras e construções de aldeias cooperativas, em cada uma das quais viveriam cerca de 1.200 pessoas, trabalhando na terra e em indústrias, produzindo assim a sua própria subsistência. Os excedentes de produção poderiam ser trocados entre aldeias. Com os cálculos cuidadosos de quanto teria de ser investido em cada aldeia, Owen tentava mostrar que haveria imensa economia de recursos, pois, os pobres seriam reinseridos na produção em vez de

permanecerem desocupados. Em pouco tempo, a desnecessidade de continuar subsidiando os ex-pobres permitiria devolver aos cofres públicos os fundo desembolsados (SINGER, 2002, p. 25).

Torna-se necessário dizer que, *a priori*, a idéia de Owen foi descartada pelos ingleses. Aos olhos dos capitalistas da época, a construção de aldeias cooperativas não era simplesmente um novo modo de se fazer economia com o objetivo de resgatar a economia capitalista, mas o início da construção de um outro tipo de economia e, conseqüentemente, de sociedade. Posteriormente, Owen foi para os Estados Unidos acreditando que poderia aplicar sua idéia de construção de aldeias cooperativas, apostando que seria mais fácil porque o país era mais novo que a Inglaterra e, portanto, menos contaminado com as idéias de exploração e acumulação de capital. Owen não estava totalmente errado, conseguiu criar a Aldeia em 1825, em New Harmony, porém, em 1829, após ter sofrido várias cisões, Owen retornou a Inglaterra (SINGER, 2002).

Segundo Singer (2002) o modelo de construção econômica e social idealizado por Owen foi apreciado por várias pessoas. Georgy Mudie, foi uma destas pessoas, sendo que fundou a primeira cooperativa Owenista, formada em Londres, por jornalistas e gráficos. E isso, conseqüentemente, incomodou os empresários capitalistas da época e ao governo britânico. Na tentativa de conter a organização dos trabalhadores, paralelamente ao surgimento de sociedades cooperativas, criou-se uma lei que vetava a organização de trabalhadores:

Esse movimento coincide com o surto do sindicalismo, desencadeado pela revogação dos Combinations Acts. Essa legislação proibia qualquer organização dos trabalhadores como atentado a livre concorrência e foi usada para perseguir com grande empenho os sindicatos existentes, dos quais muitos desapareceram e os demais foram para a clandestinidade. Com a sua revogação, em 1824, novos sindicatos foram formados e, juntamente com eles, cooperativas (SINGER, 2002, p. 27).

Durante o século XIX, a Inglaterra e os Estados Unidos tiveram comunidades e aldeias cooperativas que não conseguiram permanecer pela ação da classe patronal e do governo. Dentre estas cooperativas, Singer (2002) destaca a Cooperativa dos Pioneiros de Rochadale, que contribuiu com a carta de princípios para o cooperativismo, que serve de base até os dias atuais, em nível mundial.

O Cooperativismo de consumo, que desempenhou importante papel na difusão do cooperativismo pela Europa a partir de meados do século XIX, teve começo claro: a famosa cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochadale, considerada a mãe de todas as cooperativas. Ela surgiu em Rochadale, um importante centro têxtil no norte da Inglaterra, em 1844.

Fundada por 28 operários qualificados de diversos ofícios, metade deles Owenistas, entre os seus objetivos estava a criação de uma colônia auto-suficiente e o apoio a outras sociedades com este propósito. O impulso da criação da cooperativa pode ser a derrota da greve de tecelões em 1844 (SINGER, 2002, p. 39).

Observa-se, portanto, que o proletariado europeu não aceitou a imposição da lei de proibição da organização dos trabalhadores e também sua condição de assalariado. Desse modo, percebe-se que uma característica marcante da economia solidária na Europa foi a mobilização do proletariado, que segundo Singer (2002) fazia greves e procurava substituir o assalariamento pela forma da autogestão. Os confrontos entre patrões e empregados não eram somente por melhoria salarial.

Muitas das sociedades cooperativas que foram fundadas no fim dos anos 20 e começo dos 30 [século XIX] eram da espécie, originadas ou de greves ou diretamente de grupos locais e sindicalistas, que haviam sofrido rebaixa de salários ou falta de emprego. Algumas destas cooperativas foram criadas de Sociedades Benéficas cujos membros provinham do mesmo ofício (COLE, 1944, p. 24 apud SINGER, 2002, p. 29).

Um importante aspecto observado é que na Europa a organização de associações e cooperativas logo no início das práticas solidárias, resultou inclusive na consolidação da Grande Guilda Nacional dos Construtores, com o apoio de Robert Owen, em 1833 e, posteriormente, a Grande União Nacional Moral das Classes Produtivas do Reino Unido.

Era para ser constituída por delegados de todos os ramos organizados de atividade à base de sindicatos paroquiais, distritais e provinciais e parece que tinha por objetivo tomar toda a indústria do país do mesmo modo que os construtores se propunham a tomar a indústria de construção. Os delegados partiram comprometidos com o estabelecimento deste instrumento espantosamente ambicioso e a realização de um novo congresso em Barnsley na páscoa seguinte (COLE, 1944, p. 27-28 apud SINGER, 2002, p. 33).

O que se observa é que a quantidade de cooperativas e o número de membros que congregaram as cooperativas na Europa eram grandes. Singer (2002) argumenta que a economia solidária na Europa foi fruto do crescimento da competitividade, que significou a elevação da produtividade da energia, do trabalho e do capital, buscando sempre formas de redução do custo de produção. Assim, a busca de ganhos de produtividade gerou sistemas produtivos cada vez mais especializados, maiores e mais onerosos. Em meio a tanta inovação dos métodos de produção, a Inglaterra também se deparou com um obstáculo: a baixa oferta de salários aos empregados. Então, não houve possibilidade de inovação de produtos em termos de consumo popular e, por outro lado, a escala mínima da mecânica não facilitava

muito as coisas.

Segundo Laville (1999), na Europa por volta de 1873 e 1895, a produção agrícola e os recursos naturais são modernizados e as cooperativas agrícolas representavam a sobrevivência dos pequenos produtores. Pouco tempo depois, em 1901, os franceses criaram leis de regulamentação das associações, porém, essas associações somente poderiam realizar trocas, só poderiam gerar capital se fossem ligadas ao poder público. Posteriormente, o surgimento do pensamento solidário foi retomado no início do século XX, no período da crise de superprodução ocorrida em 1929-32. A crise de 1929 teve como consequência a decadência econômica mundial, que proporcionou de uma maneira geral o aumento generalizado do desemprego. Este fator aponta para um ponto de fragilidade do sistema capitalista, que é regulado pela lei da oferta e da procura.

Segundo Laville (1999), na depressão econômica de 1929-1932, o Estado teve de intervir para solucioná-la adotando políticas sociais e econômicas. Após a Segunda Guerra Mundial o modelo econômico vigente preconizava a necessidade da intervenção do Estado na economia, sendo que essa intervenção do estado estava baseada na teoria Keneysiana. A expectativa era que os problemas decorrentes do sistema capitalista, o desemprego e a queda econômica, fossem minimizados pela ação governamental. Apesar de num primeiro momento esta teoria econômica ter alcançado com êxito o seu objetivo, na segunda metade da década de 1970 o mundo assistiu novamente o surgimento de uma nova crise do sistema capitalista. Como consequência o mundo assistiu novamente o aumento do desemprego, o fechamento de empresas e o ressurgimento do ideal liberal na sua forma de neoliberalismo.

A partir da segunda metade da década de setenta e início da de oitenta iniciou-se o processo cooperativista/associativista na Europa. Tendo por objetivo lutar contra a exclusão social, bem como diminuir o desemprego entre trabalhadores de empresas, deu-se novamente o processo de aplicar à autogestão nas empresas. Paralelamente a criação de inúmeras empresas autogestionárias, o cenário europeu vislumbrava o início de inúmeros movimentos sociais e étnicos. Estes movimentos tiveram grande importância na construção desta outra economia, economia solidária, pois foi a partir dos movimentos sociais que se percebeu o fortalecimento da economia solidária enquanto forma de organização social do trabalho se tornando uma opção para muitos trabalhadores (SOUZA, 2003).

A construção destes movimentos na década de setenta do século XX foi um marco na história, pois possibilitou uma nova visão do social a partir de sua relação com o econômico, com o político e com a relação do homem com a natureza.

Cabe ressaltar que houveram diversos modos encontrados para a aplicação do modelo econômico baseado na solidariedade e na cooperação mútua em outros países, sendo que a França foi um desses. Outros pensadores idealizaram formas de organização da sociedade, assim como Robert Owen. Segundo Singer (2002), outro que se destacou foi Charles Fourier. Ele se diferenciava de Owen porque nunca foi homem de ação, apesar de ter idealizado o falanstério com a expectativa de que fosse adotado por algum capitalista. Sua idéia era que:

A sociedade se organizasse de uma forma que todas as paixões humanas pudessem ter livre curso para produzir uma harmonia universal. O principal objetivo desta organização social seria dispor o trabalho de tal forma que se tornasse atraente para todos, do que deveria resultar enorme aumento da produtividade e de produção. Daí surge a idéia do falanstério, uma comunidade suficientemente grande (1.800 pessoas trabalhando) para oferecer a cada uma ampla escolha entre trabalhos diversos. Fourier acreditava que cada pessoa poderia encontrar um ou mais trabalhos que estivessem de acordo com as suas paixões e aos quais ela poderia se entregar quase sem se importar com a remuneração (SINGER, 2002, p. 36).

Charles Fourier idealizava uma sociedade constituída por fazendas coletivas agroindustriais, denominadas falanstérios, em que todos desempenhariam papéis importantes com o objetivo do bem-estar comum da comunidade. A divisão da riqueza se daria de acordo com a quantidade e qualidade do trabalho de cada indivíduo.

Os meios de produção seriam de todos os membros. Mas sob a forma de propriedade acionária. O resultado do trabalho de todos seria repartido de acordo com proporções fixas: 5/12 pelo trabalho, 4/12 pelo capital investido e 3/12 pelo talento (SINGER, 2002, p. 36).

O modelo de organização de Fourier se diferenciava da organização das aldeias de Owen pelo caráter de preservação da propriedade privada e a liberdade individual de mudar da área de trabalho. Tal característica se explica pelo modo de se organizar a divisão dos meios de produção de forma acionária e não coletivista. Outro fator que caracterizou ambas as organizações foi a adesão voluntária dos membros. Outra característica verificada no falanstério foi a preocupação de Fourier em “dispolarizar” a sociedade, ou seja, diminuir a distância na sociedade entre ricos e pobres. Para tanto, Fourier propôs mecanismos de redistribuição da renda:

1) que as ações devem dar rendimento tanto maior quanto for o número delas possuídos pela pessoa, de modo que os pequenos acionistas teriam um rendimento proporcionalmente muito maior do que os grandes; 2) todos teriam uma renda mínima, ‘modesta mas muito decente’, mesmo que não trabalhem. Esta proposta faz sentido, pois todos trabalharão por paixão e não por necessidade, embora as pessoas continuem competindo por riquezas que o sistema manteria a propriedade, herança, juros sobre o capital e alguma

desigualdade entre ricos e pobres (SINGER, 2002, p. 36).

O que se observa no modelo de Fourier é a tentativa de criar uma paixão humana pelo trabalho, utilizando para esta criação a liberdade humana. Mas, para tanto torna-se necessário dar condição ao homem de não depender do trabalho para a sua sobrevivência. Neste sentido, com as pessoas vivendo em comunidades, o Estado ficaria fora do controle da sociedade e isso fez com que Fourier fosse visto como um anarquista.

Como a nova ordem social deve se basear apenas sobre a atração, nem é preciso dizer que Fourier não pensa em empregar a força. Nunca, de fato, ele apela a legisladores, a governo, a uma autoridade, a um poder coercitivo de qualquer espécie; eu nem sei se a palavra Estado, que hoje serve para caracterizar todas as escolas mais ou menos socialistas, aparece uma única vez em seus livros. Nisso ele pertence a escolha liberal mais pura – e desde que ele não reconhece nem mesmo a necessidade do Estado policial, pode-se ao ponto dizer que ele pertence à escola anarquista, se este termo não se chocasse estranhamente com o seu amor à ordem e simetria (GIDE, 1971, p. 37).

O modelo do falanstério foi aplicado nos Estados Unidos em 1832, com êxito. Após a morte de Fourier, em 1837, as suas doutrinas continuaram sendo aplicadas, tendo em 1848, aproximadamente três mil e setecentos adeptos.

O que se observa é que a origem de modelos de organização da sociedade no século XIX se deram paralelamente ao exercício do sistema capitalista. As variações de pensamentos e seguidores foram grandes, as contribuições destes modelos de pensamentos e sociedades ficaram entre o surgimento de movimentos sociais, em busca do bem comum dos trabalhadores na Grã Bretanha do século XIX e a construção de uma economia solidária baseada no cooperativismo.

A Economia Solidária surge no Brasil na década de oitenta. Sua constituição foi discutida por economistas, sociólogos e historiadores como uma outra economia, fundamentada na solidariedade. Tal proposta de uma nova economia recebeu variadas denominações, dentre elas: Economia Solidária (ES) ou Economia Popular Solidária (EPS). Neste trabalho, será denominada como Economia Popular Solidária (EPS).

A EPS originou-se em um contexto de crise, no mundo do trabalho, como uma prática coletiva de produção e geração de renda e como um movimento social criado para fortalecer práticas solidárias alternativas ao capitalismo:

O crescente desemprego, as transformações no mercado de trabalho e na própria organização econômica no Brasil e no mundo estão desencadeando um forte processo de expansão de novas formas de organização do trabalho e da produção. Um grande número de experiências coletivas de trabalho e de

produção estão se disseminando em todos os países. São diversas formas de cooperativas de produção, de serviços, de créditos e de consumo, associações de produtores, empresas em regime de autogestão, bancos comunitários e organizações populares, no campo e na cidade, que conformam em seu conjunto a chamada economia solidária.

No meio rural, em virtude da exclusão da maior parcela dos pequenos produtores do acesso às políticas agrícolas, pela falta de infra-estrutura, de políticas de comercialização, da burocratização do crédito e da centralização de recursos pelo sistema financeiro, afastamento de produtores das grandes cooperativas e agroindústrias, estão surgindo novas formas de cooperação, baseadas em estruturas descentralizadas de produção, comercialização, industrialização e crédito (MAGALHAES; TODESCHINI, 2003, p.135).

Singer (2000) ressalta que a economia popular solidária se caracteriza pela união da posse e do uso de produção e distribuição, com a socialização desses meios, pois essa economia, no cerne de sua existência, não está baseada na *competitividade*. Isso traz ao trabalhador certa autonomia sobre o atividade laboral que desempenha, deixando de ser meramente um assalariado, passando a ser o dono da sua força e ferramenta de trabalho. É importante salientar que quando o autor se refere à competitividade, está tratando da disputa entre setores da mesma empresa, visto que é uma estratégia adotada pelo modo de produção capitalista para impulsionar a produção e o escoamento de produtos.

Paul Singer usa o termo Economia Solidária referindo-se a um ‘modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem) ficar marginalizados do mercado de trabalho’ (apud BERTUCCI, 2003, p. 67, grifos do autor).

Bertucci, ainda citando Singer (2003, p. 67), complementa afirmando que a economia solidária é:

[...] uma nova forma de organizar a produção, a distribuição e o consumo dos bens socialmente produzidos, o que significa redesenhar e exercitar, na prática das experiências alternativas, um outro projeto de sociedade que rompa com a lógica da competição monopolizadora excludente.

Observa-se que Bertucci (2003) corrobora com a idéia de que a economia solidária não é simplesmente um outro modo de gerar renda, mas um modelo alternativo de sociedade. Este foi transcrito pelo autor como sendo uma forma emancipatória de organização do trabalho. Nessas formas, destaca-se o protagonismo dos setores populares, como precursores das experiências coletivas de trabalho.

Experiências coletivas de trabalho e da produção vêm disseminando-se em todo o mundo, nos espaços rurais e urbanos, através das cooperativas de produção e consumo, das associações de produtores e de empresas de autogestão. Nascem de uma atitude crítica frente ao sistema hegemônico e orientam-se por valores não mercantis como a solidariedade, a democracia e

a autonomia (BERTUCCI; SILVA, 2003, p. 66).

No Brasil, as experiências da Economia Solidária, segundo Singer (2002), têm início a partir dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs), na década de oitenta do século XX. Esses foram implementados pela Cáritas Brasileira, uma instituição ligada diretamente à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Os PACs tiveram como objetivo gerar trabalho e renda de forma associada para moradores das áreas periféricas nas metrópoles e zonas rurais do país. Além disso, nos assentamentos de reforma agrária liderados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), detectou-se, desde os anos oitenta, a confluência entre os PACs e o cooperativismo agrícola. Ainda segundo o autor, outra modalidade de experiência da economia solidária no país foi a tomada pelos trabalhadores de empresas falidas ou em via de falir, ressuscitando-as com a prática da autogestão baseada nos princípios do cooperativismo.

Na década de noventa do século XX, segundo Manetti (2005), o país presenciou a falência de diversas empresas após a execução do Plano Collor. Uma delas, chamada Makerly (fábrica de calçados localizada na zona Franca de São Paulo), representou uma experiência de autogestão no Brasil, pois foi assumida pelos trabalhadores que buscaram créditos e se articularam entre si politicamente, criando um novo sistema organizacional nas relações de trabalho. Como resultado, em 1994, surgiu juridicamente a Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão (ANTEAG), que despontou como modelo brasileiro de gestão democrática, muito próxima aos princípios do cooperativismo do século XIX. Mais tarde, a ANTEAG congregou e representou diversas empresas econômicas solidárias, resultantes de massas falidas, sob as formas de cooperativas, associações e empresas limitadas, fundamentadas nos princípios da economia solidária.

[...] os EES são organizações coletivas de geração de renda, regidas por princípios de: autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação no trabalho, sustentabilidade, desenvolvimento integral e compromisso social (GAIGER, 2004, p. 26).

Segundo Manetti (2005), um dos aspectos relevantes da economia solidária refere-se à economia informal, termo criado na década de sessenta no âmbito do Programa Mundial de Emprego da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Muitos empreendimentos econômicos solidários, formados a partir de 1990, são resultantes de setores qualitativamente distintos. Entre esses está o da economia familiar ou dos micronegócios. Nessas associações de trabalhadores para a produção ou prestação de serviços aplica-se a autogestão, realizada

com pouquíssimo ou até sem capital, com a qualidade de haver solidariedade entre seus membros.

[...] Trabalhadores e trabalhadoras desempregados(as) que decidem montar seu próprio negócio; comunidades que se reúnem para organizar grupos de produção; grupos de produção familiar; e tantos outros que surgem diariamente como forma de enfrentar as mazelas produzidas pela desigualdade social em nosso país (MANETTI, 2005, p. 8).

É relevante salientar que na historiografia estudada não se constatou nenhuma atuação governamental ou empresarial de apoio às iniciativas econômicas solidárias no período de 1980 a 2002, no Brasil. Foi comum encontrar a articulação entre ONGs, ITCPs¹, instituições religiosas (como a Cáritas Brasileira), organizações oriundas da Central Única dos Trabalhadores (CUT) por meio Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS-CUT). E segundo Manetti (2005, p. 8): “Estes empreendimentos foram se constituindo e funcionando durante toda a última década, de forma heróica, sem contar com o apoio do Estado”.

Manetti (2005) observa que somente no ano de 2003 é que essa economia passa a ser foco de políticas públicas, a partir da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).

Compreendendo a importância econômica e social desses empreendimentos, o Governo do Presidente Lula decidiu criar no âmbito do Programa Nacional de Economia Solidária em Desenvolvimento, coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, a Ação de Apoio à Recuperação de Empresas pelos Trabalhadores em Autogestão, que visa contribuir para a consolidação da Economia Solidária no Brasil (MANETTI, 2005, p. 9).

Durante todo o processo de construção da Economia Popular Solidária, somente no ano de 2007 delineou-se uma política de formação em Economia Popular Solidária em nível nacional. Dentre as diretrizes dessa política estão:

- Articulação com outras políticas de educação, formação e ciência e tecnologia tais como: alfabetização, educação de jovens e adultos, ensino fundamental, médio e superior, pós-graduação, ensino profissionalizante, qualificação profissional e social, incubagem e tecnologia social, extensão rural, entre outros;
- Articulação da formação com outras políticas de fortalecimento da Economia Solidária tais como: crédito orientado, assistência técnica, marco jurídico, comercialização, consumo, desenvolvimento local, saneamento

¹ Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. Elas são multidisciplinares, integradas por professores, alunos de graduação e pós-graduação e funcionários pertencentes as mais diferentes áreas do saber. Elas atendem grupos comunitários que desejam trabalhar e produzir em conjunto, dando-lhes formação em cooperativismo e economia solidária e apoio técnico logístico e jurídico para que possam viabilizar seus empreendimentos autogestionários (SINGER, 2002, p. 123).

básico, agricultura familiar, segurança alimentar, meio-ambiente, etc.
 - Incorporação da Economia Solidária nas políticas de educação e de qualificação social e profissional (básica a superior), em especial, nos programas de alfabetização, educação de jovens e adultos, ensino profissionalizante e qualificação social e profissional. (POR UMA POLÍTICA PÚBLICA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA – PPNFES. Brasília. 2007/SENAES.)

Observa-se, portanto, que há uma preocupação em ofertar ferramentas aos trabalhadores para a prática da autogestão, possibilitando aos grupos solidários permanecerem no mercado.

Diante das práticas utilizadas, faz-se os questionamentos: Como se dá o processo formativo dos trabalhadores da Economia Solidária? De que modo são discutidos e apreendidos os conceitos de autogestão e emancipação, os quais são focos da economia solidária? Partindo da hipótese de que a formação em economia solidária é imprescindível para a permanência dos grupos no mercado qual é o índice de sobrevivência de grupos solidários de trabalho que se desligam das entidades de apoio e fomento à economia popular solidária e dos gestores públicos e ainda como eles se articulam para se manter fortes e preservar os princípios e formas de geração, distribuição de renda, construção da autonomia dos seus trabalhadores?

Com esse projeto pretende-se analisar as metodologias usadas no processo de formação educacional dos trabalhadores de grupos solidários de trabalho da Economia Popular Solidária e os resultados alcançados, buscando a revisão dos processos metodológicos formativos educacionais para a prática da autogestão.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral:

- Compreender como as metodologias aplicadas pelos formadores em Economia Solidária impactam na prática da autogestão dos empreendimentos econômicos solidários, do seguimento de cooperativas de materiais recicláveis.

3.2 Objetivos Específicos:

- Discutir e avaliar as metodologias educacionais aplicadas à formação dos trabalhadores de grupos solidários de trabalho da Economia Popular Solidária;
- Pesquisar como é discutido e apreendido os conceitos de emancipação e autogestão pelos formadores e como é difundido e entendido pelos trabalhadores;

- Identificar os agentes externos de assessoria, organizações sociais e organismos governamentais que fomentam a Economia Solidária no estado de Minas Gerais, mais precisamente na Região Metropolitana de Belo Horizonte;
- Avaliar os resultados das tecnologias sociais utilizadas para a formação dos grupos solidários de trabalho dentro de uma rede formação em economia solidária.
- Verificar a incidência de falência dos empreendimentos após o desligamento das entidades de assessoria e gestores públicos.

4. METODOLOGIA

Ao problematizar os processos de formação de trabalhadores, utilizados pelas entidades de apoio a EPS desde o ano de sua constituição no Brasil (1980) para a prática de uma economia construída a partir de uma crise estrutural e econômica, percebe-se que muito se avançou politicamente. No entanto, os resultados alcançados na permanência dos grupos após processo de “incubação” e no cumprimento econômico do seu objetivo de gerar renda ainda são questionáveis. A inquietação com relação aos processos metodológicos formativos desses trabalhadores é uma permanência no mundo acadêmico. Em seu Ensaio intitulado: *Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção: questões de pesquisa*, Tiriba (2008) é percebida:

Como estratégia de sobrevivência ou estratégia de ruptura com as relações capitalistas de produção, como um paliativo à crise estrutural do capital ou como uma instância dos processos mais amplos de construção de uma nova sociedade, os trabalhadores associados têm tentado, à sua maneira, “governar” a si mesmos e/ou o mundo do trabalho. Nos diferentes espaços e tempos históricos, como aqueles que foram expulsos ou mesmo nunca ingressaram no mercado (capitalista) de trabalho organizam a produção? Como concebem as relações de convivência? No processo de produzir a vida social, como se dão as relações entre trabalho e educação? O que entendem por autogestão? Que concepções de trabalho e de sociedade fundamentam seus projetos educativos? Quais os nexos entre processo de trabalho, processo educativo e projeto societário? Em que medida o cotidiano da produção associada reproduz uma cultura do trabalho inspirada na organização capitalista do trabalho? (TIRIBA, 2008, p. 65).

Segundo Tiriba (2008, p. 73), a formação de trabalhadores dentro sistema capitalista estão de “mãos dadas” com um determinado projeto societário apresentando-se em três perspectivas político-pedagógicas:

[...] educação para a empregabilidade, calcada no desenvolvimento de competências (para tornar vendável a força de trabalho no mercado capitalista);

educação para o empreendedorismo (para estimular a “gestão do próprio negócio” e/ou tornar-se patrão de si mesmo); e
 educação para o (falso) cooperativismo (para garantir a flexibilização das relações entre capital e trabalho) (TIRIBA, 2008, p. 73).

Dessa forma, a educação dos trabalhadores advinda do sistema capitalista não propicia a emancipação dos trabalhadores, pois não promove o desenvolvimento integral dos mesmos. Apesar de ser excludente e restrito, o modelo educacional utilizado pelos e para os capitalistas, denominado de educação gerencial e ou empreendedora, tem demonstrado resultados no processo de geração de renda. Ou seja, ainda que mínima, a renda produzida dentro desse modelo permitiu a sobrevivência dos trabalhadores. No entanto, o que o torna inviável para a prática da EPS é a sua fundamentação na produção do lucro, nas explorações humana e ambiental e na mais valia.

Em contraponto, há um grande desafio para aqueles que se propõem a formar trabalhadores dentro dos princípios da EPS, uma vez que essa educação terá que proporcionar a geração de renda, e ainda permanecer dentro da perspectiva de que:

[...] a tendência democrática não pode significar apenas que um operário manual se torne qualificado, mas que cada “cidadão” possa tornar-se governante e que a sociedade o ponha, ainda que abstratamente, nas condições gerais de fazê-lo: a democracia política tende a fazer coincidir governantes e governados (no sentido de governo com o consentimento dos governados), assegurando a cada governado o aprendizado gratuito das capacidades e da preparação técnica geral necessária a esta finalidade. (GRAMSCI, 1982, p. 180)

O diferencial desse projeto está em propor uma análise dos processos metodológicos utilizados por formadores em Economia Solidária, verificando se esses contemplam o desenvolvimento técnico e político dos trabalhadores dentro dos princípios da autogestão e como eles se articulam para garantir a sua sobrevivência no mercado.

Para tanto, será realizada a leitura de obras que discutem o tema; de materiais pedagógicos elaborados por entidades de apoio e fomento a EPS e utilizados por formadores; de relatórios resultantes dos processos formativos; de mapeamentos e estatísticas quanto à existência de empreendimentos econômicos solidários no período de 1980 a 2008; de planejamento estratégico de formação em economia solidária resultantes das conferências e de encontros dos diversos atores e mobilizadores da EPS no Brasil.

Propõe-se ainda como metodologia o trabalho de campo, buscando identificar na prática os conceitos de autogestão e suas aplicações, adotados pelos formadores e compreendido pelos trabalhadores, enfatizando os resultados finalísticos desse processo.

Para a fundamentação teórica do trabalho serão utilizados diversos autores que tratam da economia solidária. Os mais utilizados serão: Paulo Singer com a obra *Introdução a Economia Solidária*; Dione Manetti com *Autogestão*; L. Gaiger com *Empreendimentos solidários: uma alternativa para a economia popular?*; Marcos Arruda e Sandra Quintela com *Economia a partir do coração*; Ademar Bertucci e Roberto Marinho Alves da Silva com *20 anos de Economia Popular Solidária – Trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS*; Lia Tiriba com *Autogestão e chão de fábrica: um ensaio inspirado nos trabalhadores da Remington*, Paulo Freire com as obras: *Pedagogia da Autonomia*; *Pedagogia da Esperança* e *Pedagogia do Oprimido*. A escolha desses autores para o desenvolvimento do trabalho ocorreu devido às características que as suas obras agregam a economia solidária, que, embora diferentes, se complementam.

As análises propostas serão realizadas, ainda, por meio dos estudos dos planejamentos, relatórios e resultados apresentados pelas entidades de apoio e fomento a EPS ao Sistema de Informação da Economia Solidária, organizado e disponibilizado pelo Fórum Brasileiro de Economia Popular Solidária. Serão utilizadas ainda as estatísticas quanto ao número de grupos solidários de trabalho e o resultado quanto a “geração de renda” dentro da RMBH. Propõe-se ainda após a coleta de dados fazer um estudo de caso do rede ou da instituição que apresenta sucesso no processo de formação e que de fato contribui para a permanência dos grupos no mercado, verificando suas estratégias de formação aplicadas aos empreendimentos econômicos solidários que a compõe e ainda respondendo as questões que norteiam o projeto de pesquisa ora apresentado.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto de. *Autogestão*. In: CATANNI, Antônio David. **A outra Economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

ARRUDA, Marcos. [12/1996, revisto em 99], *Globalização e sociedade civil: repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa*. Conferência sobre Globalização e Cidadania, organizada pelo Instituto de pesquisa da ONU para o desenvolvimento social. In: ARRUDA, Marcos; BOFF, Leonardo. **Globalização: desafios socioeconômicos, éticos e educativos: uma visão a partir do Sul**. Petrópolis: Vozes, 2000.

ARRUDA, Marcos; QUINTELA, Sandra. *Economia a partir do coração*. In: SINGER Paul; SOUZA, André Ricardo de (Org.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000. p. 317-332.

AUTOGESTÃO e Economia Solidária. **Revista de Economia Solidária**, Projeto SENAES, Secretaria Nacional de Economia Solidária, Fundação do Banco do Brasil, 2005, p. 8-10.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. In: BOURDIEU, Pierre. **Introdução a uma sociologia reflexiva**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 56 -101.

BUBER, Martin. **O socialismo utópico**. São Paulo: Perspectiva, 1945.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Globalização e processo de informalidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA. **Anais...** Belém, ANPEC, v. 3, p. 2059-2074, 1999.

CUNHA, Gabriela Cavalcanti. Dimensões da luta política nas práticas de economia solidária. In: SOUZA, André Ricardo de; CUNHA, Gabriela Cavalcante; DAKUZAKU, Regina Yoneko. **Uma outra economia é possível**. São Paulo: Contexto, 2003.p.45-101.

FIDALGO, Fernando e MACHADO, Lucilia. **Dicionário da Educação Profissional**. Belo Horizonte-MG: FIDALGO & MACHADO, NETE/UFMG, 2000.

FÓRUM BRASILEIRO de Economia Solidária. Disponível em: <www.fbes.org.br>. Acesso em: 10 jan. 2006.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. **Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular Solidária: Traçando Fronteiras Conceituais**. Disponível em <http://www.seiba.gov.br/publicação>.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

FREIRE, Paulo. Educação Comunitária e Economia Popular. In: GADOTTI, Moacir et al. Paulo Freire, uma biografia. São Paulo: Cortez, 1996.

FRIGOTO, Gaudêncio (Org.). **Educação e Crise do Trabalho: Perspectivas de final de século**. Petrópolis, Vozes. 1997.

GAIGER, L. Empreendimentos solidários: uma alternativa para a economia popular? In: GAIGER, L. (Org.) **Formas de combate e de resistência à pobreza**. São Leopoldo: UNISINOS, 1996, p. 101-126.

GAIGER, Luis Inácio. A economia popular solidária no horizonte do terceiro setor. In: DUBLIN: ITR'S FOURTH INTERNATIONAL CONFERENCE, julho 2000.

GAIGER, Luis Inácio. Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Org.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

LISBOA, Armando de Melo. **A crítica de Karl Polanyi à utopia do mercado**. (Mensagem pessoal). Mensagem recebida por alisboa@mbox1.ufsc.br em 1 ago. 2006.

Rua Santa Cruz – 465, Apart. 101 – Bairro: Alto Barroca/BH-MG – CEP 30431045
31 94085676 31 32988415 ariadnecoelho16@hotmail.com

MANCE, E. A. **A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual.** Petrópolis: Vozes, 1999.

MANETTI, Dione. Autogestão. **Revista da Economia**, p. 8, 2005.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Sistema Nacional de Informações Economia Solidária. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp>>. Acesso em: 16 set.2011.

POLÍTICAS Alternativas para o Cone Sul (PACS). In: ENCONTRO LATINO DE CULTURA E SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIAS. **Carta de Princípios.** Porto Alegre, 1998. Disponível em: <<http://www.alternex.com.br/~pacs/index.html>>. Acesso em: 20 jan. 2007.

PROJETO ESPERANÇA / cooperação e a construção da econômica solidária no Brasil. **Cáritas Brasileira**, 2006. Porto Alegre: Cáritas Brasileira, 2006.

RAZETO, L. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, M.; GUTIERREZ, F. (Org.). **Educação comunitária e economia popular.** São Paulo: Cortez, 1993.

SILVA, Roberto Marinho Alves da; BERTUCCI, Ademar de Andrade. **20 anos de Economia Popular Solidária.** Brasília: Cáritas Brasileira, 2003.

SINGER, Paul, **Introdução a Economia Solidária.** São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, André Ricardo de. Economia Solidária: Um movimento nascente da crise do trabalho. In: SOUZA, André Ricardo de; CUNHA, Gabriela Cavalcante; DAKUZAKU, Regina Yoneko. **Uma outra economia é possível.** São Paulo: Contexto, 2003. p. 13.

TESCH, Walter. Identidade e desenvolvimento da economia social: fortalecimento da autogestão e da cidadania. In: DAL RI, Neusa (Org.). **Economia Solidária: o desafio da democratização das relações de trabalho.** São Paulo: Artes e Ciência, 1999.

TIRIBA, Lia e FISCHER, Maria Clara Bueno. *Saberes do trabalho associado.* In CATTANI, Antonio D., LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luis Inácio e HESPANHA, Pedro. **Dicionário Internacional da Outra Economia.** Coimbra: Editora Almedina, 2009.

TIRIBA, Lia. Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção: questões de pesquisa. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 26, n. 1, 65-94, jan./jun. 2008.

YIN, Robert K. **Estudo de caso – planejamento e métodos.** (2Ed.). Porto Alegre: Bookman. 2001.